



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA ME, EPP OU MEI, CONFORME PREVÊ O ART. 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2021

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE FORMA FRACIONADA, CONFORME DEMANDA, PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNISTALDA”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA**, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE FORMA FRACIONADA, CONFORME DEMANDA, PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNISTALDA, PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE** nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 26 de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em que reunir-se-ão a pregoeira e sua equipe de apoio, designados pela Portaria Municipal nº 02, de 04 de janeiro de 2021, obedecidos os seguintes horários e datas para os procedimentos seguintes:

-RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: até as 08h29min. do dia 04/03/2021.

-ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO: 04/03/2021, às 08h30min.

-INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 04/03/2021, às 08h31min.

-LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

-MODO DE DISPUTA: Aberto

-DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação, a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE FORMA FRACIONADA, CONFORME DEMANDA, PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNISTALDA, PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE** obedecidas as especificações mínimas contidas no Anexo I (Termo de Referência), que faz parte integrante deste Edital.

1. DO CREDENCIAMENTO.

1.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

1.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas movimentações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação da empresa participante no momento da habilitação

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e que sejam **Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte e MEI pelo que determina o art. 48, da Lei complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;**

2.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

2.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

2.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

2.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

2.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

2.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;



2.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.3.5. Que não emprega menor de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

2.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

3.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total para o item, em moeda corrente nacional, até duas casas decimais após a vírgula;

4.1.2. Marca do item ofertado;



4.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, a marca.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.3. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços, bem como custos de entrega dos itens.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

4.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta poderá ser livre.



- 5.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 5.10.** Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.15.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.
- 5.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 5.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 5.21.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.
- 5.22.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 5.22.1.** Produzidos no país;
 - 5.22.2.** Produzidos por empresas brasileiras;
 - 5.22.3.** Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



5.22.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

5.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

6.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

6.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

6.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



- 6.5.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 6.8.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.8.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.9.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO.

- 7.1.** A habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 7.1.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 7.1.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 7.2.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.
- 7.3.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, até a data e horário definidos para recebimento das propostas:

7.7.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

7.7.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.7.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.7.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.7.1.4 Certificado do MEI, se microempreendedor individual ou Certidão de enquadramento, expedida pela Junta Comercial do Estado da Empresa, podendo esta ser substituída pela consulta de optante no site do Simples Nacional ou ainda, declaração firmada por contador ou representante da empresa, de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou MEI (ANEXO V);

7.7.2. Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.7.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

7.7.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da Licitante e Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal do domicílio ou sede da Licitante;

7.7.2.4. Certidões Negativas de Débito junto as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio do Licitante;

7.7.2.5. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.7.3. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.7.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 (sessenta) dias da data de abertura da licitação.

7.7.4. Outras declarações: (**MODELO ANEXO II**)

7.7.4.1 Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

7.7.4.1.1 Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.7.4.1.2. Que não está suspenso de contratar com a Administração Pública;



7.7.4.1.3. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

7.7.4.2 Declaração, em atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

7.7.4.3. Declaração expressa de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

7.7.5. Documentos relativos à Qualificação Técnica

7.7.5.1 Comprovante de licenciamento da empresa licitante perante o órgão sanitário competente da sede da licitante para exercer as atividades de comercialização e venda de gêneros alimentícios.

7.7.5.2 Alvará de localização e funcionamento.

7.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.8.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

7.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.10. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



- 8.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 8.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 8.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos contendo a marca dos itens e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 8.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, vinculam a Contratada.
- 8.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 8.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9. DOS RECURSOS.

- 9.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 9.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 9.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 9.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 9.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.4.** O prazo para resposta para o recurso se dará em até 2 (dois) dias úteis.
- 9.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO TERMO DE CONTRATO

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (CINCO) dias** úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (CINCO) dias**, a contar da data de seu recebimento.

12.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração Municipal.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;



12.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

12.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

12.5. O prazo de vigência da contratação se encerra após a entrega total dos itens, conforme determinado no Termo de Referência em anexo.

12.6. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

12.7. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.7.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

13.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

15. DO PAGAMENTO.

15.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

16.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

16.1.3. Apresentar documentação falsa;

16.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.6. Não manter a proposta;

16.1.7. Cometer fraude fiscal;

16.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;



16.2 Pela inexecução, total ou parcial, do ajuste, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- a) advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.
- b) quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo município, referente ao serviço prestado, aplicação de multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta, por reincidência, sendo que a licitante terá prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para efetivar a adequação do serviço. Após 3 (três) reincidências e/ou o prazo para adequação, poderá também ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- c) pela subcontratação de serviços será anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- d) pela apresentação de documentação falsa, retardamento na execução do objeto, não manutenção da proposta, comportamento inidôneo e fraude ou falha na execução do contrato poderá ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- e) pela inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- f) multa de 8% (oito por cento) sobre o total do valor atualizado do contrato pela inexecução parcial do mesmo, pela entrega de serviços/parcelas em desacordo com as especificações, após o prazo de 5 (cinco) dias úteis para adequação, podendo, também ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à licitante a pena prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- g) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de **multa de 3% (três por cento)** do valor total do contrato, entendido este como o equivalente ao que o adjudicatário perceberia durante toda a vigência do Contrato conforme sua proposta.

16.3 As penalidades serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**, quando for o caso.

16.4 Nenhum pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à **CONTRATADA** em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

16.5 As multas aplicadas serão descontadas do pagamento a ser efetuado, ou cobradas judicialmente, no caso de não serem pagas voluntariamente.

16.6 Se o motivo das penalidades ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal, a **CONTRATADA** ficará isenta da sanção prevista.

16.7 Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do **CONTRATANTE** e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.



17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

17.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br ou mediante protocolo no Centro Administrativo, na Prefeitura Municipal de Unistalda.

17.3. Caberá a autoridade superior decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

17.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

17.6. A autoridade superior responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

17.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

17.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

17.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

18.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

18.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.12. A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA/RS poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

18.12.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

18.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

18.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

18.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Mural de Publicações na Prefeitura Municipal de Unistalda, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 14:00h; pelo site www.unistalda.rs.gov.br, e pelo e-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br.

18.15 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Santiago, RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18.16 Integram o presente Edital, na forma de anexo, os seguintes documentos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de declarações;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

Anexo III – Minuta de contrato;

Anexo IV – Modelo de Declaração de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006;

Unistalda, RS, 18 de fevereiro de 2021

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta
Assessoria Jurídica.
Em 18/02/2021

CARLOS ALBERTO KUCERA GARCEZ

Assessor Jurídico
OAB/RS 54.829

MATEUS DOS SANTOS GONÇALVES

Assessor Jurídico
OAB/RS 104.502



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

ANEXO I
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2021

1. DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS

1.1 O objeto da presente licitação, visa a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE FORMA FRACIONADA, CONFORME DEMANDA, PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNISTALDA, PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE obedecidas as especificações mínimas contidas na tabela abaixo:

ITEM Nº	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
1	70	un	ABACAXI PÉROLA – Tamanho grande (1,2 a 1,5kg), características do cultivar bem definidas, ótimo estado de maturação e conservação, limpas e livres de pragas e doenças. Unidade.	R\$ 6,01	R\$ 420,70
2	20	kg	ABOBRINHA - abobrinha italiana fruto sadio, isento de lesões provocadas mecanicamente e por insetos, livres de terra ou corpos estranhos aderentes à casca, deve estar isento de sujidades, parasitas e larvas.	R\$ 3,61	R\$ 72,20
3	30	un	ACHOCOLATADO EM PÓ - contendo açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja. Isento de Glúten. Embalagem plástica de 400g, contendo rótulo com procedência e prazo de validade no mínimo de 6 meses a contar do recebimento.	R\$ 5,90	R\$ 177,00
4	100	kg	AÇÚCAR BRANCO CRISTAL – Pacotes com rótulo contendo identificação do fabricante e validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 3,46	R\$ 346,00
5	60	kg	AÇÚCAR MASCAVO - Pacotes com rótulo contendo identificação do fabricante e validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 8,98	R\$ 538,80



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

6	3	un	ADOÇANTE PARA USO CULINÁRIO - 350gr especial para cozinha que suporta as altas temperaturas do forno e do fogão e ainda pode ser usado na mesa para adoçar, deve ter 87% menos calorias que o açúcar e adoçar cerca de 5 vezes mais, embalagem pote 350g, data de validade de no mínimo 6 meses a partir da data da entrega.	R\$ 7,46	R\$ 22,39
7	120	un	ALFACE - verde, nova, de 1ª qualidade, folha sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica transparente e resistente. A embalagem secundária deve ser em monoblocos plásticos e limpos.	R\$ 3,95	R\$ 474,00
8	10	kg	ALHO - limpo, em ótimo estado de maturação e conservação.	R\$ 27,58	R\$ 275,80
9	8	kg	AMIDO DE MILHO – embalagem de 1kg. Com rótulo contendo identificação do fabricante e validade mínima de 6 meses a contar do recebimento.	R\$ 8,49	R\$ 67,92
10	46	pcte	ARROZ BRANCO FINO POLIDO TIPO 1 - pacotes de 5 kg, acondicionado em embalagem resistente atóxica e transparente, grãos inteiros, aspecto luminoso, isento de corpos estranhos, com rótulo contendo identificação do fabricante e ter validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 27,95	R\$ 1.285,70
11	30	kg	ARROZ INTEGRAL - pacotes de 1 kg, acondicionado em embalagem resistente atóxica e transparente, grãos inteiros, aspecto luminoso, isento de corpos estranhos, com rótulo contendo identificação do fabricante e ter validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 6,53	R\$ 195,90
12	8	pcte	ARROZ PARBOILIZADO - pacotes de 5 kg, acondicionado em embalagem resistente atóxica e transparente, grãos inteiros, aspecto luminoso, isento de corpos estranhos, com rótulo contendo identificação do fabricante e ter validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 28,40	R\$ 227,20
13	30	kg	AVEIA EM FLOCOS (médio) – embalagem com rótulo contendo identificação da empresa fabricante e prazo de validade mínima de 3 meses a contar da data de recebimento.	R\$ 8,13	R\$ 243,90



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

14	720	kg	BANANA PRATA - tamanho médio, características do cultivar bem definidas, em ótimo estado de maturação e conservação, limpas e livres de pragas e doenças.	R\$ 4,54	R\$ 3.268,80
15	80	kg	BATATA DOCE - em perfeito estado de conservação e maturação. Sem cortes e rachaduras, deve estar isenta de sujidades, parasitas e larvas.	R\$ 4,09	R\$ 327,20
16	100	kg	BATATA INGLESA - tamanho médio, características de cultivar bem definidas, em ótimo estado de conservação e maturação, sem brotos, 9livres de machucados, limpas e livres de pragas e/ou doenças.	R\$ 4,81	R\$ 481,00
17	70	kg	BETERRABA ROXA COM TALOS - em perfeito estado de conservação e maturação, tamanho grande, limpa, acondicionada em embalagem plástica resistente e transparente. Deve ser acondicionada em caixas higienizadas, livres de machucados, rachaduras ou cortes na casca.	R\$ 4,55	R\$ 318,50
18	60	pct	BISCOITO DOCE TIPO MARIA - contendo farinha de trigo fortificada com Ferro e Ácido Fólico, em embalagens de no mínimo 360g, contendo rótulo com informações nutricionais e prazo de validade no mínimo de 6 meses a contar do recebimento.	R\$ 5,09	R\$ 305,40
19	80	pct	BISCOITO INTEGRAL SALGADO - contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, em embalagens de no mínimo 360g, sem gordura TRANS, contendo rótulo identificando procedência e prazo de validade, de no mínimo 6 meses a contar do recebimento.	R\$ 6,02	R\$ 481,60
20	35	kg	BOLACHA CASEIRA (polvilho, maisena, nata) - Bolachas inteiras. Ausentes de partes esfareladas. Deve estar bem assada e sem cobertura. Devem ser produzidas de acordo com as Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos. Isentas de mofos ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deve conter nome do fabricante, endereço, data de fabricação e validade, ingredientes e contém glúten. Com validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 11,95	R\$ 418,25
21	50	kg	BRÓCOLIS - tamanho médio, novo, limpo e em ótimo estado de conservação.	R\$ 8,78	R\$ 439,17



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

22	16	und	CANJICA DE MILHO - branca natural, sem casca, pacote com 500 gramas, isento de mofo, odores estranhos ou qualquer substância nociva, prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 3,90	R\$ 62,40
23	340	kg	CARNE BOVINA MOÍDA - tipo coxão de dentro, de 1º qualidade, congelada, com no máximo 10% de gordura por quilo, acondicionada em embalagem atóxica resistente, em pacotes de 1kg. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Produto com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM e Prazos de Fabricação e Validade	R\$ 31,55	R\$ 10.727,00
24	300	kg	CARNE DE 2ª SEM OSSO ACÉM – peça inteira, congelada, embalada em porções com média de 1 a 2 kg, com embalagem atóxica resistente. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, com cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Produto com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM e Prazos de Fabricação e Validade.	R\$ 27,70	R\$ 8.310,00
25	50	kg	CARNE SUÍNA - tipo filezinho de 1º qualidade, congelada, com no máximo 4% de gordura por quilo, acondicionada em embalagem atóxica resistente, em pacotes de 1kg. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Produto com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM e Prazos de Fabricação e Validade.	R\$ 24,50	R\$ 1.225,00
26	80	kg	CEBOLA - em perfeito estado de conservação e maturação. Acondicionada em caixas livres de machucados, rachaduras ou cortes na casca.	R\$ 4,51	R\$ 360,80
27	100	kg	CENOURA COM TALOS - em perfeito estado de conservação e maturação. Acondicionada em caixas higienizadas, livres de machucados, rachaduras ou cortes na casca. Comprimento mínimo de 16cm mais talo com no máximo 5cm.	R\$ 4,55	R\$ 455,00
28	80	kg	CHUCHU - em perfeito estado de conservação e maturação. Sem cortes e rachaduras, deve estar isento de sujidades, parasitas e larvas. Tamanho grande, limpo, acondicionado, em embalagem plástica resistente e transparente.	R\$ 3,70	R\$ 296,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

29	10	un	COLORAU – em pó, pacotes de 1kg, com rótulo contendo identificação da empresa fabricante e prazo de validade mínimo de 3 meses a contar da data de recebimento..	R\$ 7,90	R\$ 79,00
30	150	mç	COUVE MANTEIGA - boa aparência, com folhas firmes e sem áreas escuras, frescas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar a sua aparência e qualidade. Maço de 300 gr.	R\$ 3,13	R\$ 469,50
31	610	kg	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO - sem tempero, congelada, sem porção dorsal, em embalagem atóxica resistente e transparente, contendo máximo de 6% de água, com rótulo contendo identificação da empresa fabricante e prazo de validade mínimo de 3 meses a contar da data de recebimento. Produto com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM e Prazos de Fabricação e Validade.	R\$ 9,53	R\$ 5.813,30
32	10	un	DOCE DE FRUTAS – (pêssego, banana, maçã, uva) – Embalagens de 400g constando informações nutricionais e prazo de validade de no mínimo 3 meses a contar da data de recebimento	R\$ 5,13	R\$ 51,33
33	30	un	ERVILHA - em conserva, embalagem de 200g	R\$ 3,43	R\$ 102,80
34	40	un	EXTRATO DE TOMATE - embalagens íntegras de no mínimo 340g, não amassadas ou enferrujadas, estar isento de fermentações, não indicar processamento defeituoso e prazo de validade mínimo de 6 meses contando a partir da data de recebimento.	R\$ 3,50	R\$ 140,00
35	30	kg	FARINHA DE MILHO - enriquecida com ferro e ácido fólico, em pacotes de 1kg, com rótulo contendo identificação do fabricante e informações nutricionais, com validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 3,29	R\$ 98,70
36	14	und	FARINHA DE TRIGO - pacotes de 5kg, enriquecida com ferro e ácido fólico, com rótulo contendo identificação do fabricante e informações nutricionais, com validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 12,63	R\$ 176,82



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

37	20	kg	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL - enriquecida com ferro e ácido fólico, em pacotes de 1kg, com rótulo contendo identificação do fabricante e informações nutricionais, com validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 4,63	R\$ 92,53
38	170	kg	FEIJÃO - pacotes de 1 kg, em embalagem transparente plástica, grãos inteiros, aspecto luminoso, livre de umidade e fragmentos ou corpos estranhos, devendo apresentar na embalagem a validade e o peso.	R\$ 8,23	R\$ 1.399,10
39	20	un	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ - embalagem plástica de 100g, apresentando rótulo contendo procedência e data de validade no mínimo 6 meses a contar do recebimento.	R\$ 3,87	R\$ 77,40
40	120	kg	FILÉ DE PEITO DE FRANGO - sem tempero, congelado, sem osso, em embalagem atóxica resistente e transparente, contendo máximo de 6% de água, com rótulo contendo identificação da empresa fabricante e prazo de validade mínimo de 3 meses a contar da data de recebimento, com etiqueta de pesagem. Produto com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM e Prazos de Fabricação e Validade.	R\$ 14,90	R\$ 1.788,00
41	50	pct	GRANOLA – sem adição de açúcar. Pacotes de 1kg, com rótulo contendo identificação do fabricante e informações nutricionais, com validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 18,50	R\$ 925,00
42	820	un	IOGURTE - com adição de polpa de frutas, refrigerado, sabores morango, coco, pêssego, embalagem de 01 litro, com rótulo contendo identificação da empresa fabricante e prazo de validade mínimo de 10 dias a contar da data de recebimento. Produto com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM e Prazos de Fabricação e Validade.	R\$ 7,03	R\$ 5.764,60
43	350	kg	LARANJA PERA/VALÊNCIA/SALUSTIANA - tamanho médio, em ótimo estado de maturação e conservação, sem machucados.	R\$ 3,25	R\$ 1.137,50
44	600	litros	LEITE INTEGRAL UHT Tetrapack - caixas de 1 litro, com registro no SIM, SIF ou CISPOA, com prazo de validade de no mínimo 3 meses a contar da data de recebimento.	R\$ 3,82	R\$ 2.292,00
45	40	und	LENTILHA - pacotes de 500gr, em embalagem transparente plástica, grãos inteiros, livre de umidade e fragmentos ou corpos estranhos, com rótulo contendo identificação da empresa fabricante e prazo de validade mínimo de 3 meses a contar da data de recebimento.	R\$ 5,10	R\$ 204,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

46	430	kg	MAÇÃ GALA - tamanho médio, características do cultivar bem definidas, em ótimo estado de maturação e conservação, limpas e livres de pragas e doenças.	R\$ 8,86	R\$ 3.809,80
47	50	pct	MACARRÃO C/ OVOS TIPO TALHARIM - com ovos, em embalagem resistente atóxica e transparente de 500g, contendo rótulo de identificação do fabricante, informações nutricionais e validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 3,87	R\$ 193,50
48	50	pct	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO PARAFUSO - com ovos, em embalagem resistente atóxica e transparente de 500g, contendo rótulo de identificação do fabricante, informações nutricionais e validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 3,58	R\$ 179,00
49	130	kg	MAMÃO FORMOSA - características do cultivar bem definidas, em ótimo estado de maturação e conservação, limpas e livres de pragas e doenças.	R\$ 6,41	R\$ 833,30
50	120	kg	MANDIOCA DESCASCADA - de 1ª qualidade, higienizada, em perfeito estado de conservação e maturação. Deve estar isenta de sujidades, parasitas e larvas. Devem estar em embalagens transparentes de 1 kg.	R\$ 5,65	R\$ 678,00
51	30	kg	MANGA - em perfeito estado de conservação e maturação, limpas e selecionadas. Acondicionadas em caixas, livre de machucados, rachaduras e cortes na casca.	R\$ 5,73	R\$ 171,90
52	30	un	MARGARINA VEGETAL CREMOSA S/ SAL - embalagem de 500g, com lacre inviolável aluminizado contendo óleos vegetais interesterificados. Validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 6,03	R\$ 180,90
53	30	un	MILHO VERDE - em conserva, embalagem de 200g	R\$ 3,33	R\$ 99,90
54	80	kg	MORANGA CABOTIÁ - em perfeito estado de conservação e maturação. Sem retirada da haste e sem cortes e rachaduras.	R\$ 3,82	R\$ 305,60
55	40	kg	MORANGO - em perfeito estado de conservação e maturação, limpos e selecionados. Acondicionados em bandejas, livre de machucados, mofos e rachaduras.	R\$ 22,00	R\$ 880,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

56	140	un	ÓLEO DE SOJA REFINADO – embalagem de 900ml, com validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 7,35	R\$ 1.029,00
57	10	un	ORÉGANO – pacote de 100g, com validade mínima de 3 meses a contar do recebimento.	R\$ 7,15	R\$ 71,50
58	70	dúzias	OVOS DE GALINHA IN NATURA - tipo “grande”, classe “A”, casca limpa, não trincados, com registro no Ministério da Agricultura, com prazo de validade mínimo de 15 dias a contar do recebimento. Devem vir em embalagens fechadas com 12 unidades.	R\$ 6,02	R\$ 421,40
59	1050	un	PÃO DE CACHORRO-QUENTE - pesando 65g cada unidade, acondicionado em embalagem plástica resistente e transparente, com selo de inspeção, data de fabricação e validade.	R\$ 0,72	R\$ 756,00
60	100	pct	PÃO FATIADO BRANCO - pesando 500 g cada pacote, acondicionado em embalagem plástica resistente e transparente, com selo de inspeção, data de fabricação e validade.	R\$ 6,33	R\$ 633,00
61	1000	un	PÃO FRANCÊS - pesando 50 g cada unidade, acondicionado em embalagem plástica resistente e transparente, com 10 unidades em cada embalagem, com selo de inspeção, data de fabricação e validade.	R\$ 0,72	R\$ 720,00
62	60	kg	QUEIJO - Produto com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM. Validade com prazo de no mínimo 3 meses a contar da data de recebimento.	R\$ 31,63	R\$ 1.897,80
63	60	und	REPOLHO VERDE - limpo, com folhas externas, bem formados, livre de danos mecânicos, sujidades, parasitas e larvas. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	R\$ 2,40	R\$ 144,00
64	10	un	SAL REFINADO IODADO TIPO I - pacotes de 1kg e prazo de validade mínimo de 6 meses contando a partir da data de recebimento.	R\$ 1,45	R\$ 14,50



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

65	70	un	SARDINHA - Com óleo comestível contendo naturalmente ômega 3, com peso líquido de 125g, latas sem ferrugem e/ou amassadas e validade mínimo de 6 meses a partir da data de recebimento. Produto com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM e Prazos de Fabricação e Validade.	R\$ 4,70	R\$ 329,00
66	220	un	SUCO DE UVA INTEGRAL – embalagens de 1,5 litros com informação nutricional, prazo de validade de no mínimo 3 meses a contar da data de recebimento.	R\$ 13,65	R\$ 3.003,00
67	75	maço	TEMPERO VERDE - maços de 300g de cebolinha verde e salsa em perfeito estado de conservação, limpos, livre de folhas secas e sem manchas.	R\$ 3,03	R\$ 227,25
68	250	kg	TOMATE - em perfeito estado de conservação e maturação, limpos e selecionados. Acondicionados em caixas, livre de machucados, rachaduras e cortes na casca.	R\$ 7,00	R\$ 1.750,00

1.2 Valor total estimado: R\$ 70.763,57 (setenta mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos).

2 JUSTIFICATIVA

2.1 Os gêneros alimentícios adquiridos, comporão o cardápio, distribuídos aos alunos matriculados nas escolas municipais dentro das perspectivas de políticas de alimentação escolar e desenvolvimento do ensino, para o primeiro semestre de 2021. As aulas da educação infantil iniciarão no sistema híbrido e anos finais de forma presencial.

3 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1 Menor preço por item.

4 PRAZO DE ENTREGA

4.1 O prazo de entrega será de até no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação da Secretaria de Educação.

4.2 A forma de entrega dos gêneros alimentícios será fracionada, mediante solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação, ficando desde já explícito que esta solicitação poderá ser duas vezes por semana e as quantidades definidas segundo as necessidades.

4.3 Os gêneros alimentícios deverão ser de boa procedência e qualidade, com armazenamento correto, sendo vedada a entrega de produtos nocivos ao consumo humano, abertos ou com lacres violados.



4.3.1 Os produtos não perecíveis deverão ter validade mínima de 4 (quatro) meses no ato da entrega.

5 LOCAL DA ENTREGA

5.1 A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita impreterivelmente, nos dias e horários solicitados, diretamente nas unidades beneficiadas, sendo estas nos seguintes endereços:

- a) Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcos José Zanella, BR 287 nº 3091, Nazaré, Interior; e
- b) Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Martins, BR 287 nº 2035, Rincão dos Pavanelos, Interior.
- c) Escola Municipal Nova Ação, BR 287 nº 443, Nazaré, Interior.

5.2 Não serão recebidos os gêneros alimentícios:

- a) Fora do prazo de validade 4 (quatro) meses a contar da data da entrega;
- b) De marca ou quantidade diferente da proposta.

6 DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado conforme art. 40, inciso XIV, alínea a, da Lei nº 8.666/93;

6.1.1 O pagamento dar-se-á, respeitado o disposto no item 6.1, mediante a apresentação da fatura, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6.1.2 A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do item e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7 DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes da execução do objeto contratado nas atividades funcionais programáticas vigentes no exercício de 2021:

ÓRGÃO: 05 – SEC. MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 02 – PROGRAMAS COMPLEMENTARES

ATIV. 2.015 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CÓD.ORC.RED 140-144– Material de Consumo

8 ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.1 O valor máximo de aceitabilidade para os itens é o estabelecido na coluna “Valor Unitário de Referência em R\$” do Anexo I – Termo de Referência, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou ainda, despesas com transporte ou terceiros, entrega do bem, inclusive o deslocamento dos técnicos para revisões.

9 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES

9.1 DA CONTRATADA

9.1.1 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à necessária e perfeita execução do objeto



contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios e deslocamento para a perfeita entrega do equipamento no local indicado;

9.1.2 Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.1.3 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização designada pela **CONTRATANTE**;

9.1.4 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

9.1.5 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referente à marca.

10.2 DA CONTRATANTE

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2.2 Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no edital;

10.2.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.4 Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Edital;

10.2.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.6 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.2.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

11 DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1 O gerenciamento e a fiscalização da contratação, decorrentes do objeto do Edital, caberá ao servidor designado formalmente no contrato a ser celebrado, que determinará o que for necessário para regularizar faltas e/ou omissões, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

11.2 Ficarão reservados, à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com os itens licitados, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação;

11.3 As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à Autoridade Máxima, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes;

11.4 A existência da fiscalização em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a **CONTRATANTE** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

11.5 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DOS CONTATOS

12.1 Informações serão prestadas pelos telefones nº (55) 3611-5111, pelo site www.unistalda.rs.gov.br, e pelo e-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br.

Unistalda, RS, 18 de fevereiro de 2021

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2021

DECLARAÇÃO QUE NÃO INCORRE EM CONDIÇÕES IMPEDITIVAS E OUTRAS DECLARAÇÕES

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada na _____ (endereço da empresa, cidade e Estado), DECLARA, sob as penas da lei, que não incorre em nenhuma das condições impeditivas, abaixo descritas:

- Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- Que não está suspenso de contratar com a Administração Pública;
- Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

A Empresa ainda declara:

- Em atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,
- Expressamente de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

Local e Data

Assinatura
CNPJ nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2021

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE FORMA FRACIONADA, CONFORME DEMANDA, PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNISTALDA, PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNISTALDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.119/0001-00, com sede administrativa à Largo Inácio Lopes Filho, 01, bairro Centro, na cidade de Unistalda, RS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à Rua _____, _____, bairro _____, nesta cidade de Unistalda, RS.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada à Rua _____, _____, bairro _____, na cidade de _____, estado do _____, representada neste ato pelo seu (proprietário, diretor, administrador, etc) Senhor _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à Rua _____, _____, bairro _____, na cidade de _____, estado do _____.

As partes acima identificadas celebram em comum acordo de vontades, o presente Instrumento Contratual, tudo conforme consta no Procedimento Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2021 que será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, bem como em consonância com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como em conformidade com as condições do Edital referido, e termos da proposta.

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE FORMA FRACIONADA, CONFORME DEMANDA, PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNISTALDA, PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE** (conforme termo de referência e proposta vencedora)

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de entrega será de até no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação da Secretaria de Educação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

Parágrafo Primeiro - A forma de entrega dos gêneros alimentícios será fracionada, mediante solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação, ficando desde já explícito que esta solicitação poderá ser duas vezes por semana e as quantidades definidas segundo as necessidades;

Parágrafo Segundo - Os gêneros alimentícios deverão ser de boa procedência e qualidade, com armazenamento correto, sendo vedada a entrega de produtos nocivos ao consumo humano, abertos ou com lacres violados.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os produtos não perecíveis deverão ter validade mínima de 4 (quatro) meses no ato da entrega.

CLÁUSULA QUARTA -. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita impreterivelmente, nos dias e horários solicitados, diretamente nas unidades beneficiadas, sendo estas nos seguintes endereços:

- a) Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcos José Zanella, BR 287 nº 3091, Nazaré, Interior; e
- b) Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Martins, BR 287 nº 2035, Rincão dos Pavanelos, Interior.
- c) Escola Municipal Nova Ação, BR 287 nº 443, Nazaré, Interior.

CLÁUSULA QUINTA – Não serão recebidos os gêneros alimentícios:

- a) Fora do prazo de validade 4 (quatro) meses a contar da data da entrega;
- b) De marca ou quantidade diferente da proposta.

DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

CLÁUSULA SEXTA – O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____).

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá apresentar nota fiscal/fatura, acompanhada de certidão atualizada do INSS e do FGTS, para liquidação e pagamento das despesas pela **CONTRATANTE**, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, conforme art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da fiscalização, do equipamento não estiver de acordo com as especificações apresentadas neste contrato, ainda, se forem fornecidos e realizados sem a prévia autorização e fiscalização do servidor nomeado para tal.

Parágrafo Terceiro - A recusa no pagamento dar-se-á, também, se a **CONTRATADA** estiver irregular perante o INSS e o FGTS.

Parágrafo Quarto – A **CONTRATANTE** poderá reduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Quinto - O pagamento será realizado nas condições descritas no parágrafo primeiro.

Parágrafo Sexto - A atualização financeira, prevista nesta condição, será incluída na mesma fatura.

Parágrafo Sétimo - No pagamento será observado o estipulado no art. 5º, da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



CLÁUSULA SÉTIMA - Durante o período contratual, os preços serão praticados na forma da proposta da **CONTRATADA**, nos valores descritos na cláusula primeira deste instrumento contratual.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA OITAVA – A vigência deste contrato contará a partir da data da assinatura do contrato e o final ocorrerá em 31 de julho de 2021.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA NONA - As despesas, decorrentes da execução do objeto deste contrato, correrão nas seguintes atividades funcionais programáticas, vigentes na Lei Orçamentária do exercício de 2021, assim classificadas:

ÓRGÃO: 05 – SEC. MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 02 – PROGRAMAS COMPLEMENTARES

ATIV. 2.015 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CÓD.ORC.RED 140-144– Material de Consumo

DA RESPONSABILIDADE DOS CONTRATANTES

CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem direitos da **CONTRATANTE**, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA**, perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- II. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no edital;
- III. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- IV. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Edital;
- V. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- VI. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- VII. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à necessária e perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios e deslocamento para a perfeita entrega do equipamento nos locais indicados;



- II. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- III. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização designada pela **CONTRATANTE**;
- IV. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- V. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Pela inexecução, total ou parcial, do ajuste, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- a) advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.
- b) quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo município, referente ao serviço prestado, aplicação de multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta, por reincidência, sendo que a licitante terá prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para efetivar a adequação do serviço. Após 3 (três) reincidências e/ou o prazo para adequação, poderá também ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- c) pela subcontratação de serviços será anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- d) pela apresentação de documentação falsa, retardamento na execução do objeto, não manutenção da proposta, comportamento inidôneo e fraude ou falha na execução do contrato poderá ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- e) pela inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- f) multa de 8% (oito por cento) sobre o total do valor atualizado do contrato pela inexecução parcial do mesmo, pela entrega de serviços/parcelas em desacordo com as especificações, após o prazo de 5 (cinco) dias úteis para adequação, podendo, também ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à licitante a pena prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- g) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de **multa de 3% (três por cento)** do valor total do contrato, entendido este como o equivalente ao que o adjudicatário perceberia durante toda a vigência do Contrato conforme sua proposta.

Parágrafo Primeiro - As penalidades serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**, quando for o caso.

Parágrafo Segundo - Nenhum pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à **CONTRATADA** em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

Parágrafo Terceiro - As multas aplicadas serão descontadas do pagamento a ser efetuado, ou cobradas judicialmente, no caso de não serem pagas voluntariamente.

Parágrafo Quarto - Se o motivo das penalidades ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal, a **CONTRATADA** ficará isenta da sanção prevista.

Parágrafo Quinto - Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do **CONTRATANTE** e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

II – Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição das circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

III – Nas demais situações previstas em lei.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A inexecução, total ou parcial, do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Constituem motivos para rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos, marca e prazo de validade;

II – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

III – Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto do presente contrato e anotadas na forma deste instrumento;

IV – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

V – A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

VI – O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem a insolvência da **CONTRATADA**;

VII – O falecimento do contratado;

VIII – Razões de interesse público;

IX – A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva de execução do contrato;

X – As transgressões dos demais dispositivos contidos no art. 87 da Lei nº 8.666/93, que se enquadrarem ao presente contrato.

DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Ocorrida a rescisão prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, o **CONTRATANTE** poderá promover contratações para dar continuidade ao objeto do presente contrato, com o fim de evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A lavratura do presente Instrumento de Contrato decorre da realização do Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2021, realizado em conformidade com os preceitos das Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A execução deste Instrumento de Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Durante a vigência deste Instrumento de Contrato, o fornecimento do equipamento será acompanhado e fiscalizado pelo servidor _____, nomeado pela Portaria nº XXXX/2021, devidamente autorizado para tal.

Parágrafo Primeiro - O fiscal nomeado anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do equipamento determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Segundo - As decisões e providências, que ultrapassarem a competência do fiscal, deverão ser solicitadas ao Setor de Compras e Licitações da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo sempre que for necessário.

DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO FORNECIMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - No interesse da **CONTRATANTE**, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será considerado reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido tanto pela **CONTRATADA**, quanto pela **CONTRATANTE**, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Fica eleito o Foro da Comarca de Santiago, RS, como sendo o competente para dirimir qualquer controvérsia relacionada ao presente pacto contratual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

E, estando assim, justos e contratados, lavrou-se o presente Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual forma e teor que, após lido e achado conforme, vai firmado pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** e por 02 (duas) testemunhas.

Unistalda, RS, ____ de _____ de 2021.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
Horário de Atendimento: 08:00h às 14:00h
Largo Inácio Lopes Filho, nº 01 – Fone: (55) 3611-5108/5111
CEP 97.755-000 – E-mail: licitacao@unistalda.rs.gov.br

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2021

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, e do (a) seu(sua) contador(a), o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CRC nº _____, DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 004/2021, Processo Administrativo nº 58/2021 sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Unistalda, RS, ____ de _____ de 2021

(representante legal)

e/ou

(Contador)

Observação: Esta declaração deverá ser entregue separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.